

INFÂNCIA EMPOBRECIDA NO BRASIL, O NEOLIBERALISMO E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: UMA QUESTÃO PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA

Dr. MAURÍCIO ROBERTO DA SILVA
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: mauran@uol.com.br

*[...] Hoje é domingo
 pé de cachimbo
domingueira, céu azul
 vão rasante da varejeira
trazendo maus presságios
 do truculento urubu.
Traz notícias dos olhos de menina
das penas negras e da menina dos olhos
 da ave de rapina
 e do grito apavorado
das crianças da América Latina.¹*

RESUMO

O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre a relação entre infância e classe social, apontando para os tratos e políticas neoliberais em relação à situação da criança empobrecida no Brasil. Neste sentido, na perspectiva dos diversos problemas políticos e sociais (violência sexual, maus tratos corporais, prostituição infantil, entre outros), é priorizado o recorte da exploração do trabalho infantil, apontando as consequências para a construção da subjetividade das crianças oriundas da classe trabalhadora. O texto propõe-se, por fim, a repensar o conceito de infância na cultura corporal, cujo conceito implícito de criança ainda se apresenta, salvo exceções, de forma homogênea, acrítica, abstrata e ahistórica no âmbito das Ciências do Esporte.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura corporal; exploração do trabalho infantil; infância; pobreza.

1. Trecho do poema "O sujeito catador do livro". *O sujeito fingidor*, Silva, 2000.

A epígrafe supramencionada reflete a intenção deste texto, cujo eixo central é trazer para a produção científica do CBCE, de forma mais intensa, a reflexão sobre a situação da infância empobrecida nos âmbitos rural e urbano oriunda da classe trabalhadora empobrecida² que vive as diversas facetas da violência, quais sejam: desigualdades econômicas, sociais e culturais, exclusões econômicas, políticas e sociais (Chauí, 1999). Nesse contexto, as crianças brasileiras dessa classe social, tanto meninas³ quanto meninos, vivem cotidianamente as agruras da desnutrição, miséria, exploração do trabalho infantil e prostituição infantil, constrangimentos estes impostos pelo modo de produção capitalista. É preciso, porém, destacar que o recorte e opção de classe que faço não inviabiliza outros vieses e possibilidades de abordagem sobre a problemática da infância no Brasil. Tais possibilidades de investigação além do ponto de vista de classe também podem ser realizadas de maneira dialética, ou seja, de forma inter cruzada, fundamentadas nas categorias de gênero, cultura ou raça/etnia. Digo isto porque, no âmbito da chamada *Sociologia da Infância*, há inúmeros estudos que destacam os problemas da infância no mundo atual considerando outros aspectos da condição humana infantil, como: direitos, sexualidade, família, escolarização, cultura lúdica, religião, mídia e outros. Assim, é possível visualizar melhor esse contexto com base nas palavras de Eduardo Galeano (1999) “as crianças ricas são tratadas como dinheiro, as da classe média atadas às patas da televisão e as pobres como lixo”. Com essas metáforas, este autor nos mostra quão multidimensional é a problemática da infância no Brasil e no mundo, insinuando que, mesmo entre as diferentes classes sociais, há problemas concretos de natureza política, ética, estética, econômica, social e cultural a serem enfrentados pelos investigadores e educadores em geral.

-
2. Durante o texto, baseio-me no meu livro, fruto da minha tese de doutorado, realizada no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação, na Faculdade de Educação da Unicamp, em 2000, intitulado *Trama doce-amarga: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica*. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2003. Além disso, tento recuperar algumas passagens da minha fala na mesa redonda no XII Conbrace realizado em 2001 em Caxambu sob o título de *Infância no Brasil: questões para a Educação Física*. Também neste texto recupero algumas idéias constantes no artigo Carta da Educação Física à sociedade: reflexões introdutórias acerca do trabalho infantil, RBCE – v.18, n. 1 – set. 1997, fruto de reflexões coletadas junto com os participantes da oficina *Trabalho infantil, durante o XI Conbrace*, Goiânia, 1997.
 3. As meninas sofrem ainda mais, pois vivem os dilemas e constrangimentos da dupla jornada de trabalho – em razão do trabalho doméstico e outras questões relativas ao gênero. Quanto a esse respeito, sugiro ler Silva (2002) e Madeira (1997).

Quando se trata da situação das crianças brasileiras empobrecidas, surgem questões como pobreza, miséria, fome, desnutrição, subnutrição, abandono e outros problemas sociais. No entanto, urge destacar que as expressões *crianças pobres* ou *crianças carentes*, referindo-se à zona urbana ou rural, tornam-se inexpressivas e desprovidas de sentido diante de um quadro de tamanho abandono por parte do Estado no que se refere às políticas ditas *sociais*: educação, saúde, moradia, alimentação, lazer etc. Neste sentido, para além desses jargões de *pobres* e *carentes*, talvez devêssemos chamar esse processo de *empobrecimento* para nos referirmos às *crianças empobrecidas*. Nesses termos, a expressão *empobrecimento* ganha movimento e uma relação de causalidade de suma importância, uma vez que essas crianças não são pobres por um dom divino, mas pela ingerência do Estado capitalista que, ao destruir os postos de trabalho dos pais jogando-os todos no desemprego e subemprego, obriga estas a assumirem o papel precoce de provedoras da renda familiar pela exploração do trabalho infantil urbano-rural, da mendicância e, às vezes, da prostituição infantil. No que tange à Educação, as crianças ditas carentes são, na realidade, carentes de escolas de qualidade com professores bem pagos, instalações e equipamentos de qualidade, métodos de ensino mais atualizados e conteúdos culturais e intelectuais mais qualitativos. Na realidade, essas crianças empobrecidas pelo próprio sistema são *carentes*: carentes de políticas públicas eficazes e emancipatórias, carentes de justiça, sobretudo, de respeito e cumprimento dos direitos, constitucionalmente, a elas destinados. Estou me referindo ao Artigo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, que reza que “toda criança tem direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer.” Aliás, quanto a esse respeito, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef –, em uma publicação chamada *A infância brasileira nos anos 90* (1998, p. 29), afirma que, apesar das declarações de compromissos aprovados pelo ECA e pela Convenção Internacional pelos Direitos das Crianças de 1989, há um grande número de famílias e crianças que vivem em situação de miséria, ou seja, isso representa uma violação dos direitos à *sobrevivência, ao desenvolvimento, à proteção e ao bem-estar estabelecidos nessa legislação*. Essas denúncias do Unicef não são analisadas criticamente, se levamos em consideração a face perversa da chamada por Chossudovsky (1999) “globalização da miséria”. Assim, o que está mesmo em discussão quando se trata das políticas sociais é o lado iníquo do capitalismo global com suas políticas retrógradas e destruidoras do Fundo Monetário Internacional – FMI – e do Banco Mundial, que destroem as relações sociais e a própria existência humana (Dupas, 1999; Chesnais, 1999; Chossudovsky, 1999; Chalout, 1999).

As reflexões supramencionadas justificam-se, principalmente, porque há ainda no senso-comum, na produção científica e nas políticas públicas de assistência e

proteção à infância, a idéia de que a *criança é o futuro*. Essa forma contundente de adiar os problemas reais da infância empobrecida para o porvir traz em seu bojo alguns problemas de ordem epistemológica, ideológica e política. Nesse sentido, talvez seja prudente compreender os problemas das crianças empobrecidas tendo como ponto de partida o olhar para a história como *futuro do presente* (Santos, 1999), realizando “o saudável hábito de olhar para trás” (Priore, 1999) e, mais ainda, colocando o presente em situação de crítica, indignação e subversão à lógica do capital.

Sendo assim, faz sentido recuperar as idéias do clássico *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrito em 1842 por Engels, que faz uma profunda crítica econômica da sociedade capitalista e uma análise da evolução do capitalismo industrial e das conseqüências do desenvolvimento do movimento operário. Este clássico continua de suma contemporaneidade, posto que, mesmo o capitalismo sofrendo mudanças até os dias atuais, a situação das crianças empobrecidas assemelha-se à das crianças que trabalhavam nas fábricas insalubres daquela época e que viviam em condições precárias em verdadeiros cortiços.

Em se tratando desse tipo de infância advinda tanto do meio urbano quanto do rural, é preciso não perder de vista que os direitos dessas crianças foram e continuam sendo, ao longo da história, cotidianamente violados e negados, apesar de cartorial e formalmente reafirmados. Essas reflexões levam-nos a pensar a situação da infância empobrecida e trabalhadora à luz da história das crianças (negras, mestiças e brancas) nos contextos de opressão e escravidão da Colônia, do Império e da atual República⁴.

Ao direcionar o olhar para a história da infância das classes populares, pode-se perceber que, principalmente as crianças negras, durante a Colônia, tiveram a infância pautada pelo abandono, negligência, trabalho forçado e escravo. Nas cidades, auxiliavam nos serviços domésticos ou trabalhavam como “negros de ganho”⁵ (Roure, 1996; Priore, 1997) e, nas fazendas, eram incorporadas precocemente ao trabalho da lavoura (idem). Em síntese, a condição da criança dessa classe e raça era marcada por exploração, genocídios, castigos, maus-tratos, alta taxa de mortalidade, doenças, abandono e enjeitamento (Passetti, 1999)⁶.

4. Ver Priore (1999), Moura (1982), Pinheiro (1991), Rago (1985), Roure (1996). Ver mais a esse respeito o livro de Priore, *História das Crianças no Brasil* (1999).

5. Trabalhavam nas cidades para os seus senhores “fazendo mandados” ou vendendo coisas, uma outra espécie de exploração.

6. Ver, a respeito da *roda de expostos*, um cilindro rotativo onde as crianças eram abandonadas na Santa Casa de Misericórdia (São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro), Leite, Melo e Souza, Venâncio e Matoso in Priore (1999).

Se colocarmos em discussão o significado epistemológico, pedagógico e político desta investigação, provavelmente concluiremos que se trata de algo de suma relevância para todos os investigadores do CBCE, independente do Grupo Temático de Trabalho (GTT) de que fazem parte. E isto já começa a aumentar, pois o tema da infância começa a aparecer com mais nitidez a partir do XII Conbrace como tema de mesa redonda e agora como tema desta revista. Esse fato demonstra uma sensibilidade para o tema, uma vez que a infância deve ser compreendida como possibilidade de construção de cultura, história e tempo de emancipação. Assim, este tema surge para preencher a lacuna na produção científica da área, principalmente porque, há até bem pouco tempo, ainda predominava na produção de conhecimento em Educação Física, salvo raras exceções, uma concepção abstrata, acrítica e ahistórica de criança, cuja imagem apontava para a existência na área de uma *criança universal*, conceituando-a, então, como única e com processos homogêneos de desenvolvimento, cultura e classe social; portanto não admitindo a existência de diversas *infâncias*. Todavia, é preciso ressaltar que a partir dos anos de 1990 iniciou-se, ainda que de forma tímida, um debate mais crítico sobre a infância brasileira, relativo às questões de classe, gênero, raça/etnia, geração e cultura⁷. Boa parte desses estudos refere-se à problemática da exploração do trabalho infantil, escolarização e lazer dos meninos e meninas de rua, consistindo, em sua maioria, em relatos de experiência de programas de esportes e jogos para essa categoria de criança. Não obstante, há que se reconhecer que o tema da infância começa a ganhar espaço nos eventos científicos das chamadas Ciências do Esporte, às vezes como abordagem central, outras, de forma transversal na perspectiva das relações Educação Física–infância–escola; Educação Física–infância–lúdico; Educação Física–infância–gênero, entre outras.

Todas essas questões estão interligadas com a inserção da criança no processo produtivo, o tempo de escolarização, o processo de socialização no âmbito da família e da comunidade, as atividades cotidianas (brincadeiras e socializações diversas), que se diferenciam de acordo com a posição da criança e de sua família na estrutura socioeconômica. Por todos esses fatores de inserção social, cultural e de classe, torna-se, talvez, impróprio e insuficiente acreditar-se na existência de uma infância ou de uma população infantil única e homogênea. Trata-se, pois, de diferentes grupos infantis ou *infâncias* com processos desiguais de socialização. Nesta linha de raciocínio, ao adotar-se um conceito abstrato de infância, analisa-se a crian-

7. Cf. os anais dos X e XI Congresso Brasileiro de Ciência dos Esporte (1997, 1999).

ça como uma *natureza infantil*, distanciando-a de suas condições objetivas de existência, como se elas fossem desvinculadas das relações de produção existente na realidade (Kramer, 1987, p. 17).

Juntamente com a justificativa da pertinência deste texto quanto ao tema da revista, é também importante alertar os professores de Educação Física, sobretudo os que trabalham em escolas públicas ou programas esportivos/recreativos da cultura corporal geridos pelo Estado e por ONGs⁸, que, antes de se preocuparem apenas com programas de conteúdos da cultura corporal das crianças e jovens, compreendam o quanto esses sujeitos são susceptíveis à exploração do trabalho infantil e a outros tipos de violência do capital e seus sete pecados⁹. No meu entender, é preciso ter clareza de que essas crianças e jovens estão sendo obrigados a abdicar do tempo da escolarização e da construção da cultura lúdica trabalhando precocemente, ou melhor, “descansando carregando pedra”. Assim, a cultura lúdica corporal (jogos, brincadeiras, danças, brinquedos e outras) é tecida à luz de constrangimentos como: perda da identidade infanto-juvenil, envelhecimento precoce, acúmulo de responsabilidades precoces, além de marcas visíveis e invisíveis deixadas nos seus corpos e nas suas subjetividades. Considerando tudo isso, torna-se imprescindível situar o contexto material da vida cotidiana desses sujeitos, normalmente o limiar das violências, os confins do mundo rural e as periferias das médias e grandes cidades. Portanto, vivem os dramas e dilemas do desemprego e subemprego dos pais, além de fome, subnutrição, exploração sexual, tráfico de drogas; e brincam, quando têm tempo, em espaços insalubres e próximos a esgotos iníquos, situados a céu aberto ou, como costume dizer, em esgotos a inferno aberto.

EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO NEOLIBERALISMO

Trazendo o problema da exploração do trabalho infantil para a atualidade, o que se pode dizer é que o mundo do trabalho está imerso na lógica neoliberal da pós-modernidade¹⁰, aqui considerada uma fase do capitalismo na contemporanei-

8. Refiro-me aos programas e projetos esportivos e de lazer, cujo objetivo é *desviar* as crianças das ruas, dos vícios e da marginalidade. Esses programas são de suma importância para a educação das crianças e jovens, muito embora, se não forem integrados em políticas públicas mais amplas de educação, trabalho, saúde e outras, não passam de meros paliativos, ensejando resolver os graves problemas materiais de que são acometidas essas gerações, ultrajadas pela miséria abissal em que vivem.

9. Refiro-me ao livro *7 pecados do capital* organizado por Emir Sader (2000). Neste, os sete pecados são: *a avareza, o ecocídio e o biocídio, a exploração, a fome, o roubo do tempo e o latifúndio*.

10. Existem muitas controvérsias sobre os conceitos de modernidade e pós-modernidade, embora este artigo tome emprestado as epistemologias de Harvey (1998) e Anderson (1999).

dade na qual a produção em massa de mercadorias padronizadas e as formas de trabalho a ela associadas foram substituídas pela flexibilização do trabalho. Aliadas a essa questão estão outras problemáticas que apontam para a multidimensionalidade da vigência do trabalho mundialmente, como: trabalho e desemprego, trabalho e precarização, trabalho e gênero, trabalho e raça/etnia, trabalho e nacionalidade, trabalho e recorte geracional, trabalho e (des)qualificação e outras (Kurz, 2000, p. 8-9). Essas transformações do mundo do trabalho materializam-se no cotidiano dos trabalhadores sob a forma de desemprego, precariedade das novas formas de produção e das relações de trabalho. Com efeito, essa flexibilização vem cada vez menos empregando trabalhadores em tempo integral, isto é, a força de trabalho economicamente ativa que, diuturnamente, é solapada em seus direitos. Neste sentido, percebe-se como o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se de algum modo do trabalho humano na medida em que essa lógica estrutural possui em seu âmago a marca destrutiva, obrigando o ser social que trabalha, ou *a-classe-que-vive-do-trabalho* e os *aptos-para-o-trabalho-mais-que-não-trabalham* (Castel, 1991), a vivenciar seu cotidiano entre a violência do trabalho, a violência da precarização, a desestruturação da família e a violência ainda mais grave do desemprego (Antunes, 2001, p. 17-28).

Todas essas questões foram denunciadas durante os Tribunais Independentes contra o Trabalho Infantil do México (1996) e de São Paulo (1999). Os juízes desses tribunais consideraram culpados, além dos governos, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a União Européia, o Tratado de Livre Comércio e a Organização das Nações Unidas, cujos princípios e concepções conduzem ao agravamento da exploração do trabalho infantil, em especial nos países periféricos. As políticas e planos de ajuste que são regidos pela batuta dos pressupostos políticos, econômicos e imperialistas dessas instituições do capital internacional vêm provocando cortes nos gastos sociais, e tudo isso sob os pretextos da austeridade fiscal e do equilíbrio do orçamento, o que termina por repercutir na diminuição e cortes das verbas para educação, saúde, moradia e programas de assistência e proteção à família e à infância (Galeano, 1999; Chomsky, 1997; Chossudovsky, 1999; Furtado, 1998; Pochmann, 1999), cujos impactos incidem, sobretudo, nos países periféricos, aumentando assim a plêiade de miseráveis e novos pobres ou, no dizer de Dupas (1999, p. 19), novos excluídos da nova ordem global.

O epicentro deste texto é a reflexão crítica sobre fenômeno da *exploração do trabalho infantil*, embora isso signifique fome e miséria e não simplesmente o que se ouve no senso-comum do *trabalho infantil*. No entanto, quanto a esse respeito considero fundamental estabelecer distinção, pois a exploração do trabalho circunscreve-se na perspectiva da alienação e estranhamento, máxima do capital,

que resulta numa relação *alheia* do sujeito com objeto (trabalho), coisificando-o e, por conseguinte, transformando, ultrajando, degradando os homens e transformando-os em mercadorias geradoras de valor. Deste modo, o ser social é desumanizado frente ao objeto, devido a sua imersão numa relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro, constituindo-se na abstração da natureza específica e pessoal (Antunes, 1995, p. 131). Isso significa que:

O trabalho alienado, ao arrancar o objeto da sua produção, arranca-lhe a sua vida genérica, a sua objetividade genérica efetivamente real e transforma a sua vantagem ante o animal na desvantagem de lhe ter tirado o seu corpo inorgânico, a natureza (Marx, 1978, p. 147).

Quando se fala simplesmente em *trabalho infantil*, pode-se confundi-lo com qualquer tipo de *trabalho de crianças*, como por exemplo, o *trabalho como princípio educativo*. Neste sentido, os princípios axiológicos e teleológicos, do ponto de vista dos pressupostos da teoria marxiana, prevêem a relação real entre ensino e trabalho, trabalho manual e intelectual, visando a formação omnilateral. Esta deve substituir a formação unilateral das crianças e jovens para torná-los aptos a alternar as suas atividades, de modo a satisfazer tanto as exigências da sociedade quanto as suas inclinações pessoais (Manacorda, 1991, p. 18). Essas reflexões são fulcrais, considerando que há um senso-comum a respeito que quase sempre generaliza e banaliza a expressão *trabalho infantil*, omitindo o caráter de classe nela contido, além de fazer vistas grossas ao conteúdo da categoria da exploração, do *alienus*. Ora, em que resulta toda essa confusão de caráter ideológico e epistemológico? Resulta que toda essa polêmica, ao gerar dúvidas e equívocos, naturalizando o fenômeno da exploração do trabalho infantil, traz conseqüências epistemológicas e políticas na medida em que mitigam as críticas e as lutas sociais contra a crise e obsolescência do sistema capitalista.

A necessidade de tal diferenciação é ocultada pelo Unicef no seu Relatório Situação Mundial da Infância 2003, no qual está implícita a opção pela não-radicalização epistemológica da problemática da exploração do trabalho infantil ao denunciar ou apenas informar sobre os maus-tratos propiciados por todo tipo de exploração contra crianças. Com efeito, os dados estatísticos destacando a exploração do trabalho infantil são colocados de forma sub-reptícia por esse organismo defensor das causas infanto-juvenis com a seguinte simplificação do problema: *crianças exploradas por adultos*. Tal afirmação, além de não nomear o capitalismo como o gestor de todo esse processo histórico de exploração do trabalho de crianças, coloca a culpa dos riscos que causam os efeitos ameaçadores para o desenvolvimento

infantil desse tipo de exploração na *sociedade adulta* e no *comportamento irresponsável dos adultos* ao colocar nesse âmbito o *tráfico de crianças para o trabalho escravo* e o *recrutamento forçado de crianças como soldados para as guerras*. Agindo dessa forma, o Unicef presta um desserviço ao desocultamento desse fenômeno, corroborando a manutenção do *status-quo* e a confusão epistemológica/etimológica entre os termos *trabalho infantil* e *exploração do trabalho infantil*. Dito desta forma, não seria nenhum exagero admitir que a repercussão dessa confusão conceitual e ideológica possa incidir sobre a produção de políticas públicas que na maioria das vezes estão impregnadas de uma lógica precária, emergencial, clientelista e até filantrópica.

No âmago desse debate, convém destacar que *todas as formas de exploração do trabalho infantil*¹¹ podem vir a sonegar ou comprometer o tempo para a vivência da cultura lúdica, consecutivamente comprometendo a escolarização e detonando situações de constrangimentos que repercutem na construção da identidade do ser social da criança. Esse possível processo de sonegação da infância pode ser considerado um tempo de *oportunidades perdidas*, que impõe às crianças possíveis seqüelas nutricionais (envelhecimento precoce, desnutrição), cognitivas, psicossociais e culturais comprometendo, de maneira marcante, o presente e o *futuro do presente* das gerações¹².

EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: O QUE VALE MAIS O NÚMERO OU O SER HUMANO?

Para melhor esclarecer os leitores sobre o problema da exploração do trabalho infantil, urge apresentar alguns dados estatísticos das diversas instituições que investigam a situação da criança e do jovem tanto no Brasil quanto no mundo. No entanto, neste artigo esses dados não são valorizados, unicamente, pelo seu caráter numérico e quantitativo, principalmente em virtude do trato de questões inerentes ao campo das investigações de aportes teórico-metodológicos qualitativos. Além disso, os diversos organismos internacionais que tratam dessa questão (OIT e Unicef)

11. Faço esse destaque para ressaltar as minhas críticas contra a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT –, 2000, cujo texto foi influenciado pelos interesses político-econômicos dos Estados Unidos e advoga que se deve eliminar apenas as *piores formas de trabalho infantil* e não todas as formas de exploração do trabalho infantil (cf. Sentença do Tribunal Independente Contra o Trabalho Infantil, São Paulo, 1999).

12. Cf. Revista Nova Escola, maio 1994, p. 57, e *Relatório trabalhadores invisíveis*, Centro Josué de Castro, 1995.

alegam ter dificuldades em encontrar um método para mensurar com precisão o número de crianças exploradas nos diversos mundos do trabalho infantil no Brasil e no mundo.

Todo esse imbróglho institucional, no campo do quantitativo exacerbado, fortaleceu em mim a idéia de que o *ser humano* deve ontologicamente se colocar acima do *número* e da racionalidade instrumental do cálculo. A questão é que grande parte dos economistas e cientistas sociais da atualidade ainda comete esse equívoco ao agarrar-se unicamente ao fetiche dos percentuais estatísticos, sem levar em conta os aspectos de ordem qualitativa como a subjetividade, a cultura, a sociabilidade, os desejos e a história dos sujeitos. Dito desta forma, o que está em jogo aqui não é apenas a dimensão quantitativa de milhões de crianças e jovens à margem dos seus direitos e cidadania, mas o fato de que, se pensarmos qualitativamente as relações sociais, poderemos compreender que se se tratasse de uma só criança ou jovem vivendo nessas circunstâncias, já se justificaria a emergência de estudos e políticas públicas para intervir e mudar esse quadro. Para mudar essa lógica formal, é preciso inverter o senso de proporção, tentando, antes de priorizar a mensuração, avaliar qualitativamente as dimensões e as conseqüências para a humanidade de certos fenômenos sociais, mesmo que se trate de um só ser humano inserido em processos, episódios e eventos de desumanização e opressão. Considerando o exposto, os dados que se seguem não pretendem apenas, usando a linguagem dos meramente estatísticos, *conhecer o universo de fazer a amostragem* (Mills, 1982, p. 231), mas, com base em um outro *ethos*, refletir quantitativa e qualitativamente sobre o quanto temos para superar no que se refere aos séculos de destruição e precarização da situação da infância e da juventude expressos na história das políticas sociais de assistência a esses sujeitos.

Continuando nas trilhas estatísticas dos organismos internacionais sobre a condição da infância empobrecida no mundo, relatórios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco – nos lembram que na África cerca de um milhão de crianças morrem a cada ano em conseqüência do serviço da dívida externa; não em decorrência de todo um conjunto de reformas, mas, sobretudo, pelos juros que seus países precisam pagar pela dívida externa. Além disso, estima-se que cerca de 11 milhões de crianças morrem por ano em todo o mundo de doenças que poderiam ser facilmente tratadas, o que não custaria mais do que alguns centavos. No entanto, os economistas informam que isso representaria uma interferência no sistema de *mercado livre* (Chomsky, 1997, p. 108).

Quando se trata da relação entre dados estatísticos, políticas sociais, políticas do corpo, infância e juventude das classes populares, pode-se constatar que a vio-

lência estrutural do capital penaliza a classe trabalhadora com a morte de milhões de crianças desnutridas em todo o planeta. No Brasil, por exemplo, essas crianças empobrecidas correspondem a 53% das crianças brasileiras, das quais 19% vivem no Nordeste e 6% na região Norte, como indicam os dados do Unicef. Aliás, um grande contingente dessas crianças assemelha-se às do sertão alagoano, cuja estrutura corporal é “quase como um peso de um passarinho”¹³.

Quanto aos dados sobre a exploração do trabalho infantil em escala mundial, tanto os relatórios do Unicef quanto os da OIT apontam para a estimativa de 250 milhões de crianças trabalhando em todo o mundo. Já no Tribunal Internacional contra o Trabalho Infantil, realizado em São Paulo em 1999, houve a indicação de que são mais de 300 milhões de crianças e, no ano 2004, serão 400 milhões de trabalhadores e trabalhadoras infanto-juvenis em consequência do crescente desemprego em todo o mundo. No Brasil, de acordo com o relatório mais atual do próprio Unicef, Situação Mundial da Infância 2000, aproximadamente 2,9 milhões de brasileiros entre 5 e 14 anos trabalham para reforçar a renda familiar. O índice de trabalhadores precoces aumenta para 5,7 milhões na faixa dos 10 aos 16 anos.

O crescimento ou retração dos dados estatísticos refere-se à legislação vigente em cada país e normas da OIT. Neste sentido, do ponto de vista da história da legislação sobre o trabalho infantil, pode-se perceber que há grandes avanços cartoriais até os dias de hoje, em especial com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1990. Em contraposição, há de um lado, com base nas leis, uma crescente consciência social acerca dos prejuízos do trabalho precoce para a construção da identidade e da cultura da criança. De outro lado, prevalece ainda, com bastante força no patronato, principalmente no âmbito dos pequenos empresários, a tendência à exploração invisível do trabalho de crianças e jovens, relegando a estes uma cidadania abstrata que somente é exercida do ponto de vista dos documentos legais.

Como se pode perceber, as estatísticas ainda são usadas de forma meramente quantitativa por alguns organismos nacionais e internacionais, principalmente quando se trata de exploração da força humana do trabalho infantil e, consequentemente, de sua relação com desemprego dos adultos. Há, no entanto, uma dimensão quantitativa/qualitativa à qual não dá para fazer vistas grossas quando se trata da relação entre desemprego estrutural e a utilização da força humana de trabalho das crianças no mundo da exploração capitalista. Trata-se do crescente aumento da exploração do trabalho infantil em todo o mundo em virtude do de-

13. Documentário apresentado pela TV Cultura em dezembro de 2000.

semprego dos trabalhadores adultos, cuja cifra, segundo a OIT, no final de 1999 foi de cerca um bilhão e 200 milhões de pessoas desempregadas e imersas no mundo do trabalho precário. Esses trabalhadores são considerados supérfluos e descartáveis pelo capital e, desse modo, poderá ser cada vez maior o contingente de crianças condenadas a assumir precocemente as responsabilidades do provimento total ou parcial da renda familiar. Sendo assim, o que se vê no limiar da conjuntura neoliberal é a crescente instabilidade econômica e flexibilização que gera destruição e precarização dos postos de trabalho dos adultos, impulsionando assim a ascendente superexploração de crianças e jovens. Para ilustrar, pode-se tomar como referência o quadro de miséria cotidiana dos países periféricos, nos quais o *caminho do paraíso da flexibilização* é algo parecido com o inferno já vivenciado pelo gênero humano nos idos do século XIX. Na Índia, por exemplo, em 1993 foi invadida uma fábrica de tapetes para libertar 128 crianças menores de 13 anos trabalhando de 12 a 16 horas, sete dias por semana, 52 semanas por ano (Coggiola, 1997, p. 159).

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Essas dinâmicas de destruição e exclusão social patrocinadas pelos donos do capital internacional como o FMI e o Banco Mundial atingem tanto crianças e jovens quanto um grande contingente da classe trabalhadora constituída de adultos e velhos. Atinge os trabalhadores assalariados, ou seja, os que *ainda* estão em seus postos de trabalho, como também os chamados incluídos precários, aqueles que vivem a violência do desemprego e os dilemas da precariedade dos subempregos da economia informal bem como aqueles desempregados quase perenemente.

Todo esse processo destrutivo da força humana de trabalho resulta na exploração de milhões de crianças, em virtude de milhões de pais e mães serem jogados no desemprego, na incerteza e na miséria. Quanto a essa questão, pode-se dizer que se forma, assim, um círculo vicioso no qual de um lado as crianças submetem-se a um salário de miséria, aumentando o desemprego dos adultos e baixando os seus salários e de outro lado o desemprego dos adultos tende a fazer da exploração do trabalho infantil a única possibilidade para aumentar a pífia renda ou ausência dela na estrutura familiar. Em razão de tudo isso, as crianças empobrecidas são compreendidas e por isso mesmo utilizadas como força de trabalho não organizada e mais dócil; tornam-se assim uma arma nas mãos do capital para pressionar e solapar os postos de trabalho do conjunto dos trabalhadores adultos assalariados (Chossudovsky, 1999; Galeano, 1999).

Após estas reflexões, pergunto a todos nós que investigamos as problemáticas que dizem respeito à cultura corporal, às políticas do corpo, à saúde, ao movimento humano, ao corpo, enfim, às chamadas Ciências do Esporte: como é possível falar de cultura corporal sem antes, contudo, refletir sobre as ingerências do capitalismo neoliberal sobre as políticas sociais e, conseqüentemente, sobre as políticas do corpo na infância e juventude?

Antes de terminar, gostaria de deixar as minhas críticas à banalização dos conceitos de cidadania e inclusão social utilizados pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. Trata-se de continuar a promessa do governo anterior, que consistia na erradicação do trabalho infantil por meio do Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), da miséria e das desigualdades sociais. Pois bem, a meu ver não é possível acabar com a exploração do trabalho infantil, a fome e a miséria enquanto perdurar o modo de produção capitalista e, conseqüentemente, sua máquina infernal de exploração de crianças, jovens, adultos e velhos. Nessa mesma linha de argumentação, é preciso criticar as políticas *sociais* de natureza unicamente emergencial, filantrópica e assistencialista, como por exemplo os programas Bolsa Escola, Fome Zero, Bolsa Família, entre outros. Compreendo, portanto, que todas essas ações e políticas institucionais não passam de meros jargões e palavras soltas ao vento, em cujo pano de fundo subjazem o servilismo às políticas impostas pelos banqueiros do FMI e Banco Mundial. Por conseguinte, é imprescindível ressaltar que a cidadania é uma conquista dos *cidadãos* e uma concessão do Estado; de um Estado que, utilizando a expressão de Milton Santos (2002), forma com esse tipo de política anacrônica e perversa apenas *deficientes cívicos*.

Finalmente, encerro este texto na esperança de que as lutas em prol da dignidade da infância e da juventude sejam encampadas pelo conjunto da classe trabalhadora e dos movimentos sociais para além das políticas neoliberais, privatistas e destruidoras da subjetividade e da sociabilidade de nosso povo tão sofrido por tantos séculos de opressão e exploração. Assim sendo, não me resta outra opção senão a de lutar, cotidianamente, como professor, pesquisador e cidadão ultrajado em seus direitos e dignidade por outro tipo de sociedade:

[..] esse tipo de sociedade tem o nome de socialismo, baseando-se na socialização dos meios de produção, na decisão coletiva, tomada democraticamente, a respeito do que produzir, quando produzir, por que preço produzir, para quem produzir. Numa sociedade desse tipo elimina-se não apenas a exploração, como a alienação, fazendo-se do trabalho humano não um instrumento de sobrevivência, mas de liberdade e de emancipação (Sader, 2000, p. 76-77).

Impoverished childhood in Brazil, neoliberalism and the exploitation of child work: an issue for Physical Education

ABSTRACT: The objective of this work is to reflect about the relationship between childhood and social class, pointing out the deals and neoliberal politics regarding the situation of poor children in Brazil. Therefore, due to several social and political problems such as sexual abuse, physical aggression, and prostitution, among others, the text focuses on the exploitation of child work, showing the consequences in the development of subjectivity among these working children. Finally, this paper also to contribute to rethink the concept of childhood in body culture, since in Sport Sciences the implicit concept of childhood is mostly presented as homogeneous, a-critical, abstract and a-historical.

KEY-WORDS: Body culture; exploitation of child work; childhood; poverty.

La infancia empobrecida en Brasil y la explotación del trabajo infantil: una cuestión para la Educación Física

RESUMEN: El objetivo de este artículo es reflexionar sobre la relación entre infancia y clase social, apuntando hacia las acciones y políticas neoliberales, y su relación con la situación de los niños pobres en Brasil. En este sentido, desde la perspectiva de los diversos problemas sociales y políticos (violencia sexual, malos tratos corporales, prostitución infantil y otros) se da prioridad al recorte de la explotación del trabajo infantil, y sus consecuencias en la construcción de la subjetividad de los niños oriundos de la clase trabajadora. El texto se propone contribuir a repensar el concepto de infancia en la cultura corporal, cuyo concepto implícito de infancia, todavía se presenta, salvo excepciones, de forma homogénea, a-crítica, abstracta, y a-histórica en el ámbito de las Ciencias del Deporte.

PALABRAS CLAVE: Infancia; pobreza; explotación del trabajo infantil; cultura del cuerpo.

REFERÊNCIAS

AHLERT, A. Exclusão "versus" qualidade ética da educação. In: BONETTI, L. (Coord.). *Educação, exclusão e cidadania*. Ijuí: Ed. Ijuí, 1997.

ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANTUNES, R. (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1977.

_____. *Adeus ao trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. As formas de violência e seus significados. In: dal. ROSSO, S. *Violência e trabalho no Brasil*. Goiânia: Ed. da UFG; Brasília: MNDH, 2001.

BOURDIEU, P. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CASTEL, R. et al. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, PUC, 1997.

_____. Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: DONZELOT, J. (Org.). *Face à l'exclusion: le modèle Français*. 1991, p. 137-168.

CHALOUT, Y.; ALMEIDA, P. R. (Orgs.). *Mercosul, Nafta e Alca: a dimensão social*. São Paulo: LTr, 1999.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. A universidade operacional. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 09 maio 1999, p. 5-3.

_____. *Uma ideologia perversa*. Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 14 mar. 1999.

CHOMSKY, N. *Segredos, mentiras e democracia*. Brasília: Ed. UnB, 1997.

CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

COGGIOLA, O. (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DUPAS, G. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. São Paulo: CMDA, 1999.

FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

FURTADO, C. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GALEANO, E. *De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GUÉRY, F.; DELEULE, D. *Le corps productif*. France: Reères-Mame, 1972.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 1. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

KRAMER, S. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

- KURZ, R. *O colapso de modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. Ditadores democráticos. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, p. 5-8, 21 fev. 1999.
- _____. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MADEIRA, F. R. *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre as crianças e adolescentes pobres do Brasil. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.
- MANACORDA, M. A. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.
- MARTINS, J. S. O massacre dos inocentes. In: _____ (Org.). *Regimar e seus amigos*. A criança na luta pela terra e pela vida. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, K.; ENGELS F. Trabalho Alienado. In: Fernandes, F. (Org.). *Karl Marx e F. Engels*: história, São Paulo: Ática, 1978.
- MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MILLS, W. C. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PASSETTI, E. et. al. *Modernidade, globalização e exclusão*. São Paulo: Imaginário, 1996.
- _____. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, M. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- PRIORE, M. del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1992.
- REVISTA ATENÇÃO. *Quem lucra com o trabalho infantil*. São Paulo, ano 1, n. 2, dez. 1995, jan. 1996.
- RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, M. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____; PILOTTI. *A arte de governar crianças*. Rio de Janeiro: Amais, 1995.
- ROURE, G. Q. *Vidas silenciadas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- SADER, E. A exploração. In: DADER, E. (Org.). *7 Pecados do Capital*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. (Org.) *Alca*: integração soberana ou subordinada? São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SANTOS, M. *Por outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. O país distorcido. In: RIBEIRO, W.; GONÇALVES, C. W. (Orgs.). *Os deficientes cívicos*. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, B. S. (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, M. *O sujeito fingidor*. Florianópolis: EDUFSC, 2002.

_____. *Trama doce-amarga: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica*. São Paulo: HUCITEC, Ijuí, 2003.

SILVA, M. R. et al. Carta da educação física à sociedade: reflexões introdutórias da problemática do trabalho infantil. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 19, n. 1, set. 1997.

SILVA, M. R. Recortando e colando as imagens da vida cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das meninas-mulheres e das mulheres-meninas da Zona da Mata Canavieira pernambucana. In: GOULART, A. L. F. *Infância e educação: as meninas*. Campinas: Caderno CEDES, 56, 2002.

TAVARES, M. C. *Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TRIBUNAL NACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL – México – I Sessão. Sentença. *Revista Motivivência*, n. 8, 1996.

TRIBUNAL INTERNACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL – São Paulo – II Sessão. Sentença. São Paulo, 1999, mimeo.

TRIBUNAL NACIONAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL. (VHS) *Estratégias de comunicação para o movimento social organizado*. Brasília: Promov, 1996.

UNICEF. *A infância brasileira nos anos 90*. Brasília: Unicef, 1998.

UNICEF. *Estado mundial de la infancia, 1977*. Genebra: Unicef, 1977.

Recebido: 1 out. 2004

Aprovado: 4 nov. 2004

Endereço para correspondência

Maurício Roberto da Silva

Cx. P. 5035

Agência Universitária – UFSC

Trindade – Florianópolis – SC

CEP 88040-970